

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 - PARÂMETROS PRINCIPOLÓGICOS APLICÁVEIS ÀS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DA SEGURIDADE SOCIAL.....	17
1.1 Principais distinções entre valor, princípio e regra.....	17
1.2 Princípios tributários e securitários	22
1.2.1 <i>Legalidade tributária</i>	23
1.2.2 <i>Isonomia tributária</i>	31
1.2.3 <i>Solidariedade</i>	39
1.2.4 <i>Contrapartida</i>	47
1.2.5 <i>Diversidade da base de financiamento</i>	50
1.2.6 <i>Equidade na forma de participação no custeio</i>	53
2 - HISTÓRICO DO CUSTEIO DA PREVIDÊNCIA RURAL NO BRASIL.....	57
2.1 Panorama antes da CF / 1988	57
2.2 Panorama após a CF / 1988	65
3 - O LEADING CASE	81
3.1 A importância do julgamento do RE n. 363.852.....	81
3.2 Relatório	84
3.3. Os votos.....	87
3.3.1 <i>Do Min. Marco Aurélio (Relator)</i>	87

3.3.2 Do Min. Eros Grau	90
3.3.3 Do Min. Ricardo Lewandowski	92
3.3.4 Do Min. Cezar Peluso	92
3.3.5 Da Min. Carmen Lúcia	93
3.4 Os debates	94
3.4.1 Do direito aplicável	94
3.4.2 Da modulação dos efeitos temporais da decisão	94
3.5 Resumo dos motivos aduzidos nos votos	97

4 - CONSIDERAÇÕES SOBRE A DECISÃO NO RE N. 363.852..... 99

4.1 Considerações iniciais	99
4.2 Exercício da competência residual sem lei complementar	101
4.3 Existência de <i>bis in idem</i> entre a contribuição previdenciária e a COFINS	121
4.4 Ofensa ao princípio da isonomia	126
4.5 Diferença entre resultado, receita e faturamento	135
4.6 Ofensa ao princípio da legalidade tributária	142

5 - AS CONSEQUÊNCIAS DA DECISÃO DO RE N. 363.852..... 153

5.1 Os efeitos da declaração de inconstitucionalidade em controle difuso	153
5.2 A decisão nos embargos declaratórios	159
5.3 A repercussão do RE n. 363.852 nas ações em tramitação	163

5.4 A modulação dos efeitos temporais em matéria tributária e o efeito repristinatório	172
CONCLUSÃO	179
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	195

